

SEGURANÇA



FOTOS: FOTOLIA E ISTOCKPHOTO

Muito além da vigilância

Preservar a integridade da comunidade acadêmica é tarefa que vai além da presença vigilante da equipe de segurança e do cuidado com o patrimônio, incluindo o correto gerenciamento de possíveis conflitos no âmbito universitário

por Otávio Elias

Em maio, uma tragédia que abalou o meio universitário em 2011 completa um ano. O assassinato do estudante Felipe Ramos de Paiva, de 24 anos, num estacionamento do *campus* da Universidade de São Paulo (USP), na capital paulista, não só chocou toda a comunidade acadêmica, mas trouxe à tona o debate sobre a responsabili-

de da segurança nas instituições de ensino superior. A quem pertence tal atribuição? Como lidar com possíveis situações de conflito dentro dos *campi* e manter a integridade física de alunos, professores e funcionários enquanto se zela pela infraestrutura?

Após o incidente, a segurança da USP, que era feita pela guarda universitária, foi reforça-

da com a presença da Polícia Militar dentro do *campus*, gerando opiniões controversas entre a comunidade estudantil (veja texto abaixo). Já as instituições particulares, ao invés de treinar equipes próprias ou contar com o contingente da segurança pública, optam por serviços complementares de segurança contratando empresas privadas do ramo.

Segundo dados do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp), existem, em todo o Brasil, cerca de 540 mil vigilantes trabalhando em 1.500 empresas de diferentes nichos. O Estado de São Paulo, que representa sozinho 31% da procura do mercado nacional de segurança privada, possui 400 empresas de segurança empregando 167 mil pessoas.

“As universidades procuram medidas para ampliar a segurança. Mas no mundo inteiro é preciso comprar esse serviço, isso é um fator da sociedade moderna”, analisa João Palhuca, vice-presidente do Sesvesp. Ele afirma que o processo de terceirização teve início no Brasil há cerca de 30 anos, mas que, em alguns países, é um método usado há pelo menos cinco décadas. “Acredito ser um processo irreversível, agora temos de trabalhar sempre na melhoria desses serviços”, completa.

Alguns procedimentos de segurança já se tornaram padrão e são encontrados na maioria das instituições privadas. São exemplos disso as catracas nos portões e cartões de acesso para controlar a entrada e saída, monitoramento através de câmeras

de vídeo espalhadas pelos *campi*, além da ronda feita pelos vigilantes.

No entanto, especialistas atentam que é preciso mais do que investimento em equipamento e pessoas para garantir a qualidade do serviço. “É preciso fazer um bom planejamento, um estudo amplo dos problemas que a universidade enfrenta ou pode enfrentar”, pondera Palhuca. Assim, é a atuação conjunta entre a empresa de segurança e a instituição que permitirá alcançar os objetivos desejados.

Na avaliação de César Leonel, diretor superintendente da Gocil Segurança e Serviços, as instituições de ensino reconhecem que a contratação de especialistas é a escolha mais apropriada justamente por contar com um plano de segurança mais consistente e adequado à realidade. A terceirização da segurança também é vista como a melhor opção entre as instituições de ensino.

“Se fôssemos ter uma equipe de segurança interna, os funcionários precisariam receber treinamento constante, existem especificidades e é muito trabalhoso”, avalia Mariângela Pinho, pró-reitora da Universidade Católica de Santos (Unisantos).

Trato diferenciado

Alguns fatores são fundamentais para fazer a segurança nas instituições de ensino. O primeiro passo é levar em consideração o principal público que frequenta o espaço, ou seja, os estudantes. “Sabemos que, às vezes, os jovens exageram, então é preciso ter ▶



Segundo Mariângela Pinho, o serviço terceirizado tem treinamento mais adequado e é menos oneroso para a instituição



De acordo com João Palhuca, a busca por equipe de segurança especializada é um processo irreversível

Polícia para quem precisa

A solicitação por parte do reitor da USP, João Grandino Rodas, da presença da Polícia Militar para garantir a segurança da universidade foi tema de debate dentro e fora da instituição. Entre os estudantes, as opiniões se dividem. Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, em novembro de 2011, apontou que 58% dos alunos entrevistados eram a favor da PM no *campus* e 42% eram contrários. João Palhuca, vice-presidente do Sesvesp, afirma que a segurança privada foi concebida para desempenhar atividades suplementares às atividades policiais, mas ela não anula essa possibilidade. Ele diz que cada universidade deve definir suas próprias necessidades de segurança e avaliar se a presença da polícia dentro da instituição é válida. “O meio acadêmico tende a ver isso como uma ingerência ou infiltração, mas hoje é uma necessidade. O crime migra pra onde a resistência é menor”, completa. Opinião oposta tem a pró-reitora da Unisantos, Mariângela Pinho, apesar de achar válida a presença policial nos arredores da instituição. “Acredito que em nenhum momento a intervenção da polícia dentro do *campus* seja necessária, a universidade tem de ser autônoma e ter o controle suficiente para manejar as situações problemáticas”, afirma.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Para Edman Altheman, o diálogo deve ser a prioridade da equipe de segurança em casos de manifestações de alunos



César Leonel ressalta o treinamento especial da equipe de segurança que atua em instituições de ensino

um diferencial para lidar, com polidez e paciência”, considera Edman Altheman, diretor geral das Faculdades Integradas Rio Branco.

O perfil do público e local aonde será realizado o serviço de segurança é justamente um dos principais fatores a ser considerado pelas empresas de segurança privada. “Temos muito cuidado com o profissional que enviamos para uma instituição de ensino. É preciso um perfil mais social, com fluência verbal e maior expressão na postura corporal, para poder interagir com um público mais jovem”, conta César Leonel, da Gocil, que não dispensa o treinamento dos profissionais, incluindo técnicas de gerenciamento de conflitos. “É no treinamento que fica claro com que público eles estão lidando e quais são os limites de atuação”, explica.

Além do acesso de alunos e funcionários, instituições de ensino superior ainda mantêm uma relação muito próxima da comunidade, o que constitui um outro fator importante a ser levado em consideração na hora de definir o plano de segurança. “De certa forma, temos de proporcionar um acesso facilitado, para que as pessoas visitem e conheçam o espaço acadêmico”, lembra Mariângela, da Unisantos, que reserva um dia de “portas abertas” para a comunidade usar a biblioteca, por exemplo.

Uma outra preocupação em relação à segurança do ambiente universitário está além dos portões da instituição e chega aos arredores do campus. “As imediações das universidades sempre são locais muito visados pelos criminosos, que veem ali uma juventude com certa condição financeira”, observa Altheman.

Nesse sentido, mesmo medidas mais simples podem ajudar a evitar casos de furto ou violência nas cercanias da instituição, como um bom sistema de iluminação. Para isso vale manter um canal direto com a prefeitura, responsável pela manutenção da iluminação pública, e até sugerir colaboração, como no caso da Unisantos, que doou postes de luz para não deixar a região às es-

curas. “Precisamos encontrar um ambiente seguro nas vias de acesso à universidade, por isso temos uma preocupação com a iluminação”, conta Mariângela Pinho.

Contatar os órgãos de segurança pública para solicitar que a ronda escolar seja reforçada na região é outra alternativa da qual as instituições de ensino podem lançar mão. Para João Palhuca, os problemas de segurança que ocorrem nas universidades são muito semelhantes aos da sociedade, por isso é praticamente impossível dispensar o entrosamento de inteligência e ações práticas com as polícias e forças do Estado.

Situações especiais

Por reunir uma quantidade grande e variada de jovens, que se desenvolvem em meio a novas ideias e desafios, o ambiente universitário é palco propício a manifestações políticas ou ideológicas, o que por vezes pode gerar distúrbios internos. No caso das manifestações estudantis, o especialista César Leonel recomenda que a equipe de segurança conte com profissionais dotados de sensibilidade para agir cuidadosamente, fazendo com que tais eventos não tomem proporções danosas à integridade das pessoas ou ao patrimônio físico das instituições. “Em casos que podem gerar conflitos, o mais importante é agir com rapidez. E reconhecer as lideranças para abrir

“EM MANIFESTAÇÕES QUE PODEM GERAR CONFLITO O MAIS IMPORTANTE É AGIR COM RAPIDEZ E CONVERSAR COM AS LIDERANÇAS

César Leonel, diretor da Gocil

um processo de negociação”, exemplifica.

A negociação, aliás, é sempre vista como a melhor solução. “Não podemos cercear a liberdade de manifestação, pelo contrário, queremos estudantes com um espírito crítico. Por isso, tentamos estabelecer um consenso para acabar com qualquer diferença”, considera Mariângela Pinho.

Outra atitude comportamental que se tornou corriqueira nos dias de hoje nas escolas, incluindo as de nível superior, é o

chamado *bullying*. A competição e opressão entre grupos de alunos sempre existiu, mas só recentemente é que o fato ganhou visibilidade entre estudiosos do comportamento humano e consequentemente passou a fazer parte do esquema de segurança nas instituições de ensino.

Um caso que chamou a atenção do mundo todo ocorreu em 2007 na Universidade de Tecnologia de Virgínia, nos Estados Unidos, onde um estudante de 23 anos abriu fogo na sala de aula, matando 32 pessoas e ferindo outras 15, antes de cometer suicídio. De acordo com as investigações na época, a motivação para o massacre teria sido o *bullying* sofrido pelo aluno e, se a coordenação da universidade tivesse detectado o problema previamente, a trágica situação poderia ter tido outro desfecho.

Casos de violência extrema não são comuns no Brasil apesar de já terem ocorrido em outras esferas do sistema de educação (como o massacre na escola municipal do bairro de Realengo, no Rio), ou em proporções menos catastróficas. Entre os problemas de *bullying* mais conhecidos no ensino superior brasileiro está o caso Geisy Arruda (veja texto ao lado). Segundo especialistas, nesses casos, consequências mais desastrosas podem ser evitadas com a ação da equipe de segurança desde o início da aglomeração de alunos.

Do tamanho ideal

O tamanho da instituição é outro fator a ser levado em conta na hora de planejar a adoção de determinado esquema de segurança. Instituições de pequeno e médio portes acabam favorecidas devido à maior facilidade de convívio entre os profissionais da segurança e os alunos, conhecidos muitas vezes até pelo nome. “Nas universidades grandes isso fica praticamente impossível, o que não é nenhum demérito, faz parte do crescimento”, avalia Altheman.

De acordo com João Palhuca, há significativas diferenças na hora de montar um planejamento de segurança para instituições de 20 mil ou três mil alunos. “Mas a concepção é a mesma. Não é verdade que por ser menor uma instituição enfrenta menos problemas, apenas as intensidades são diferentes”, avalia.



Fora do previsto

O caso de *bullying* que mais repercutiu no Brasil ocorreu na Universidade Bandeirantes (Uniban), em outubro de 2009, quando a estudante Geisy Arruda foi hostilizada por um grupo de alunos nos corredores da instituição por usar um vestido curto e justo. O ocorrido foi filmado e os vídeos acabaram na internet. Na ocasião a primeira providência da instituição foi expulsar a estudante, que acabou movendo uma ação judicial contra a universidade por danos morais. O caso, no entanto, serviu de exemplo para que as equipes de segurança das instituições passassem a adotar cuidados adicionais nas situações de *bullying*, seja para evitar a ocorrência de fatos constrangedores ou para não deixar que escapem do controle.

Geisy Arruda ganhou na Justiça o direito a indenização da instituição porque o caso de *bullying* sofrido pela estudante foi mal conduzido

Outra recomendação dos especialistas se refere à adoção de políticas e culturas bem definidas em relação à segurança patrimonial e de pessoas. “O plano de segurança deve estar integrado com os recursos humanos e tecnológicos, em quantidade suficiente e com qualidade adequada”, explica Leonel.

Uma boa relação institucional com a comunidade acadêmica é uma estratégia aliada da equipe de segurança para a preservação da ordem e do patrimônio. “É preciso manter um espaço onde a direção possa ouvir os alunos e entender os problemas que eles enfrentam. Com isso você traz o aluno para o seu lado e ele acaba ajudando na manutenção daquele espaço, porque passa a se sentir também dono da universidade”, exemplifica Mariângela. ■